Acervo ISA

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
data ____/____/____
cod. 22 D 000 13

Plataforma Ambiental Mínima para o Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira

Vitae Civilis

Vitae Civilis - Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz.

Acervo ISA

Documento final do Seminário Plataforma Ambiental Mínima para o Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira (Agenda 21 para o Vale do Ribeira)

São Pedro, SP, 10 a 13 de dezembro de 1995

Plataforma Ambiental Mínima para o Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira

Agenda 21

Vale do Ribeira

Idealização, Realização e Coordenação:

Vitae Civilis

Vitae Civilis - Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz.

Patrocinio e Apoio:

Fundo Nacional do Meio Ambiente(FNMA) do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal e *Vitae Civilis* -Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz.

Acervo ISA

Agenda 21 Vale do Ribeira

Declaração

O Desenvolvimento Sustentável no Vale do Ribeira: Um Compromisso das ONGs e Movimentos Sociais

As organizações da sociedade civil, signatárias desse documento, elaborado no " Seminário -Plataforma Ambiental Mínima para o Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira (Agenda 21 para o Vale do Ribeira)", realizado em São Pedro, SP, de 10 a 13 de dezembro de 1995

Tendo consciência da contradição existente entre o atual modelo de desenvolvimento, gerador de iniquidades e conflitos sociais, além de degradação ambiental, e os esforços de milhões de indivíduos pela sobrevivência e melhoria da qualidade de vida;

Entendendo que se requer o esforço equitativo de todos na construção de um modelo de sociedade sustentável, baseado sobre uma ética que determine e fundamente limites, prudência, respeito à diversidade, solidariedade, justiça e liberdade";

Certos de que a democracia participativa é fundamental para a adoção de medidas destinadas a levar a humanidade à sociedade sustentável, construída a partir da e na prática de grupos, comunidades e povos;

Lembrando que a Agenda 21, conjunto de ações para o desenvolvimento sustentável, adotada como compromisso dos governos participantes da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO-92), representa um referencial abrangente e global voltado à sustentabilidade ecológica, justiça social e à participação dos grupos de cidadãos no novo rumo de desenvolvimento, e tendo em vista que tal Agenda deve ser adaptada à realidade nacional, estadual e local;

Reiterando nosso compromisso com os princípios e metas estabelecidos nos 36 Tratados das ONGs, elaborados e aprovados no âmbito do Fórum Internacional das ONGs e Movimentos Sociais, em junho de 1992, simultaneamente à RIO-92 por mais de 3.000 cidadãos representando cerca de 1.300 organizações;

Afirmamos que o desafio da construção de sociedades sustentáveis implica em valorizar as experiências e soluções locais e, ao mesmo tempo, promovê-las à escala de uma região ou do país;

Entendemos que a diversidade cultural e étnica é riqueza formadora da civilização, e deve ser valorizada no processo de mundialização/ globalização das atividades humanas;

Não queremos que se some à exclusão social, que repudiamos, a degradação ambiental;

Afirmamos nosso compromisso de lutar com e a favor dos excluídos dos benefícios do "desenvolvimento", hoje um processo perverso;

Reiteramos também nosso compromisso com a dinamização das discussões e implantação de políticas públicas que visem eliminar a miséria estrutura fundiária perversa, e promover a qualidade de vida, conservação da diversidade biológica e do patrimônio sócio-cultural das diversas comunidades que habitam a região do Vale do Ribeira nos Estados de São Paulo e Paraná;

Cobramos dos governos federal e estaduais a instalação dos mecanismos institucionais, com a participação dos diversos atores sociais, como ONGs, movimentos sociais, grupos étnicos, comunidade científico-acadêmica, autoridades locais, empresários, sindicatos de trabalhadores, para a negociação de Agendas 21 nacional, regionais e locais; tais mecanismos devem contemplar a criação de instâncias colegiadas e paritárias para permitir a participação efetiva no planejamento, na tomada de decisões e gestão;

Assumimos nosso compromisso de cooperação mútua entre ONGs, movimentos sociais, comunidades tradicionais, populações indígenas e excluídos para o intercâmbio de experiências, infomações e recursos que contribuam para o processo em construção de sociedades sustentáveis na região.

- *Vitae Civilis* - Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz, São Paulo-SP
- Comissão Pró-Índio, São Paulo- SP
- GEEP-Açungui - Grupo de Estudos Espeleológicos do Paraná, Curitiba - PR
- REBRAF - Rede Brasileira Agroflorestal, São Paulo-SP
- Instituto Sócioambiental, São Paulo-SP
- Associação em Defesa da Juréia, São Paulo-SP
- Associação dos Geógrafos Brasileiros/ São Paulo, São Paulo-SP
- Fundação SOS Mata Atlântica, São Paulo-SP
- COATI - Centro de Orientação Ambiental Terra Integral, Jundiaí, SP
- AEPAM - Associação dos Extratores e Produtores de Plantas Medicinais e Aromáticas do Vale do Ribeira
- ABDL - Associação Brasileira de Desenvolvimento de Lideranças, São Paulo-SP
- ASA - Associação Serrana Ambientalista, Iporanga - SP
- Conselho Nacional da Reserva da Biosfera, São Paulo-SP
- Associação Ecológica São Francisco de Assis, Piedade - SP
- PROTER - Programa da Terra, São Paulo-SP
- IMAFLORA - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola, Piracicaba - SP

Acervo ISA

"Plataforma Ambiental Mínima para o Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira

ÍNDICE

Preâmbulo 06

Princípios 07

Contexto do Vale do Ribeira 07

Estratégia 09

Metas 10

Ações 11

Lista de participantes 15

Anexos 18

Acervo ISA

PREÂMBULO

Esse documento, elaborado no Seminário Plataforma Ambiental Mínima para o Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira (Agenda 21 para o Vale do Ribeira), realizado em São Pedro, SP, de 10 a 13 de dezembro de 1995, é para seus signatários um conjunto inicial de propostas de ações concretas para a harmonização do desenvolvimento com a conservação ambiental do Vale do Ribeira em toda sua área. Visa oferecer subsídios a um plano amplo e integrado de políticas, programas e atividades, tendo por base os referenciais da Agenda 21 e dos Tratados das Organizações Não Governamentais e Movimentos Sociais, isto é, o redirecionamento das atividades humanas na construção de sociedades sustentáveis. A iniciativa e a organização do Seminário partiu do Vitae Civilis - Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz e contou com apoio do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA). A iniciativa baseou-se na constatação de que ONGs e Movimentos Sociais que já atuam no Vale do Ribeira deveriam articular-se entre si e intensificar seu intercâmbio com o objetivo de consolidar, ao lado da atuação de controle, denúncia e mobilização, propostas pró-ativas de caminhos para o Desenvolvimento Sustentável da Região.

Estes caminhos deveriam, necessariamente, passar por um delineamento do contexto sócio-econômico político e cultural do Vale do Ribeira, a fim de tornar possível um vislumbramento coletivo e amplo do cenário sobre o qual as ONGs e movimentos sociais estão trabalhando. Definir princípios, as diretrizes orientadoras do planejamento e ação era, também, imprescindível. Com os princípios e o contexto definidos, seguir-se-ia nos debates de Estratégias (os mecanismos de atuação), Metas (quantificações dos objetivos) e Ações (elementos práticos de atuação) que estariam estabelecendo as melhores alternativas de caminhos que os diversos setores, estatal, privado, ONGs e Movimentos Sociais, poderiam estar seguindo para efetivamente atuar na construção de uma Sociedade Sustentável para o Vale do Ribeira.

Tomando como base estes objetivos e a disponibilidade de recursos, organizou-se o Seminário. Foram convidadas a participar entidades, ONGs e Movimentos Sociais que trabalhassem com o Vale do Ribeira de alguma forma e que tivessem uma experiência próxima à realidade sócio-econômica política e cultural da região.

Optou-se por organizar o Seminário num local fechado, pois esta parecia ser a forma mais produtiva de reunião de esforços dada através da intensificação do contato entre várias entidades. Como preparação para as discussões foram definidas palestras que mostrassem a posição dos interlocutores das ONGs e movimentos sociais no Vale do Ribeira. Pessoas ligadas ao governo expuseram a leitura e a linha de atuação de várias instâncias governamentais no Vale do Ribeira. A exposição mais próxima à área acadêmica também teve sua importância pois trouxe à luz discussões e esclarecimentos conceituais de relevância para a ação prática. A apresentação sucinta, pelos coordenadores do Seminário, dos mais de trinta "Tratados das ONGs", assinados no Fórum Global 92, e da Agenda 21 além dos objetivos do evento, teve o propósito de retomar trabalhos já realizados, e avançar sobre os mesmos, objetivando obter maior eficácia e eficiência na implementação dos compromissos assumidos por ONGs, Governos e empresas durante os eventos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro em junho de 1992. Tal apresentação teve também o propósito de contribuir para a adoção de um referencial amplo e integrado que permitisse aos participantes da reunião discutir e delinear metas, estratégias e linhas de atuação entre as diversas experiências no sentido de consolidar uma atuação sinergética na região do Vale do Ribeira. Este objetivo impulsionou a luta de 3 anos do Vitae Civilis para viabilizar os fundos que facilitaram o encontro das ONGs.

As reuniões entre os representantes das ONGs e Movimentos Sociais ocorreram de duas formas. Em certos momentos os participantes dividiram-se em grupos de trabalho para tratar cada tema debatido com maior profundidade. Em outros momentos realizaram-se reuniões gerais, quando se tornavam coletivos os debates realizados em cada grupo e a partir daí, definiram-se as propostas conjuntas.

Intenciona-se que estas propostas sejam a Plataforma de Ações e listagem de principais reinvidicações das ONGs e Movimentos Sociais em relação ao Desenvolvimento Sustentável para o Vale do Ribeira. Com base nelas pretende-se estabelecer diálogos intersetoriais com outros agentes, sejam eles governamentais (nacional, estaduais ou municipais) ou privados. Como está bem enfatizado no capítulo 27 da Agenda 21, as ONGs e movimentos sociais têm um papel fundamental na implementação do desenvolvimento sustentável, não só por seu poder crítico, mas também por seu conhecimento e experiências amplas e variadas, capacidade de atuação local, poder de diálogo e abertura para parcerias.

Esse documento circulará entre ONGs e Movimentos Sociais com atuação no Vale do Ribeira para que possa receber novas sugestões e contribuições, consolidando e sistematizando as expectativas, experiências e esforços para a melhoria da qualidade de vida da população daquela região.

Acervo ISA

PRINCÍPIOS

Os princípios são condições básicas e fundamentais para qualquer projeto ou plano de trabalho. Eles representam orientações primordiais, às quais os objetivos, metas, estratégias e ações devem, não só respeitar, mas, principiamente reforçar.

Abaixo estão listados os princípios que devem ser contemplados nas políticas, como também devem nortear as ações do desenvolvimento sustentável para o Vale do Ribeira.

1) Garantia de condições ao exercício da cidadania para a população do Vale do Ribeira.

2) Valorização e respeito às culturas locais no que diz respeito ao seu conhecimento e modo de vida.

3) Fortalecimento das iniciativas que valorizem manifestações culturais locais.

4) Participação efetiva das comunidades locais no planejamento, implantação, gerenciamento e controle das atividades que, de alguma forma, as envolvam.

5) Identificação local e regionalmente de soluções para o Vale do Ribeira, articulando-as e engajando-as no sentido de apontar caminhos para um novo projeto de desenvolvimento, que se baseie em uma visão mais ampla e integrada, inclusive para o Estado de São Paulo e para o Brasil como um todo.

6) Criação de condições para que as populações locais aprimorem sua qualidade de vida, no meio onde vivem, interrompendo assim, o processo de êxodo rural.

7) Busca de uma estrutura fundiária justa para o Vale do Ribeira.

8) Respeito a capacidade de suporte dos ecossistemas.

9) Conciliação da conservação ambiental com o desenvolvimento das comunidades locais, em outras palavras, compatibilização da conservação da diversidade biológica com a promoção da diversidade cultural. Compatibilização da atividade antrópica com a conservação ambiental.

10) Aproveitamento e fortalecimento das instâncias de discussão e articulação (Fórum das ONGs) e instrumentos já estabelecidos (Agenda 21, Tratado das ONGs) na consolidação de propostas do desenvolvimento sustentável para o Vale do Ribeira.

CONTEXTO SÓCIO-ECONÔMICO-POLÍTICO E AMBIENTAL DO VALE DO RIBEIRA

Para que seja possível a definição de objetivos, metas, estratégias e ações do desenvolvimento sustentável para o Vale do Ribeira, é necessário que se conheça com profundidade e abrangência a realidade sobre a qual se estará trabalhando.

As experiências específicas, somadas e articuladas, fornecem uma visão mais global e complexa do contexto sócio-político, econômico e cultural do Vale do Ribeira, subsídio fundamental na identificação de barreiras e oportunidades que se apresentam como base para o estabelecimento do desenvolvimento sustentável no Vale do Ribeira.

I - Barreiras/Problemas

1) Problemas Sócio-econômicos:

- Alto índice de analfabetismo, dificuldade para a escolarização da população, prejudicando o acesso à informações e mecanismos que possam melhorar suas condições de vida.
- Dificuldades de assistência médica, que resultam na ocorrência de doenças endêmicas e/ou epidêmicas na região.
- Má distribuição de renda, dificultando, para grande parte da população, o acesso aos benefícios sociais.

2) Problemas Políticos:

- Incipiente articulação de setores sociais, tendo em vista a falta de integração e cooperação entre diferentes atores sociais comprometidos com as questões socio-ambientais da região: ONGs, Governo, Movimentos Sociais os quais também encontram dificuldades de articulação inter setorial.
- Grandes proprietários e empresários com força para manipular decisões e ações políticas voltadas para a região.
- Falta de políticas governamentais voltadas para os interesses da maioria desassistida da população da região.

3) Situação Fundiária:

- Indefinição legal sobre a propriedade das terras, fazendo com que qualquer atividade que envolva sua utilização enfrente uma série de problemas.

Grilagem: problemas retroativos ou relacionados com situação atual.

Acervo ISA

- Dificuldade no reconhecimento das concepções tradicionais de propriedade, uso e posse de terras.

4) Êxodo Rural:

- Assim como em outras regiões do país, pequenos agricultores não conseguem sustentar-se em suas propriedades rurais e acabam tendo que migrar para as cidades. Porém, nesta região, o êxodo se dá, principalmente, pelas seguintes razões: confusão e problemas fundiários, restrições impostas pela legislação ambiental e falta de assistência, crédito e orientação para os produtores familiares da região, no tocante a alternativas de manejo mais sustentáveis para cada área e para a região como um todo.

5) Problemas Ambientais:

- Existência de projetos de grande impacto sobre o meio ambiente , e mudança de regime do Rio Ribeira do Iguape, tais como hidrelétricas de Tijuco Alto, Itaoca, Funil e Batatal.
- Pressão do extrativismo predatório.
- Pressão para ocupação de novas áreas, como consequência da especulação imobiliária e grilagem de terras.

6) Conflitos entre moradores e administradores de Unidade de Conservação:

- Restrição ao uso dos recursos naturais, desconsiderando a cultura local e as necessidades de sobrevivência, inviabilizando, desta forma, a permanência de populações em muitas da áreas protegidas .
- Fiscalização autoritária e nem sempre coerente (tratamento diferenciado para pequenos e grandes proprietários e/ou empreendimentos), com previlégio para os segundos, na grande maioria dos casos.

7) Problemas Infra-estruturais:

- Rede viária precária e mal conservada, dificultando acesso e escoamento de produção, atendimento médico, assistência social e saneamento básico.
- Educação: rede física (edifícios e equipamentos) insuficiente e inadequada; currículo não atende as necessidades culturais e de profissionalização para a região.

8) Utilização do Solo:

- Região de solo pobre e de muitas áreas com relevo acidentado, dificultando a sua utilização para a agricultura. Além disso, na maioria das vezes, se a tecnologia utilizada vale da aplicação de agrotóxicos e fertilizantes químicos, fato que aumenta consideravelmente os problemas de saúde da população da região.

II - Oportunidades

1) Alternativa paradigmática:

- Alguns dos indicadores que fazem com que a região seja classificada como pobre, "menos desenvolvida" ou atrasada podem ser elementos exemplarmente importantes na indicação de novos caminhos para o Desenvolvimento Social. Devem contribuir, desta forma, para a elaboração e consolidação do conceito de Sociedade e Desenvolvimento Sustentável, desde que se viabilizem seus modos de vida, bem como alternativas sustentáveis de produção, co-existência e sobrevivência das população que a habitam, bem como o atendimento às condições da preservação ambiental.
- A produção agrícola em pequena escala, baseada em vários cultivos diferentes, o manejo não predatório dos recursos naturais podem e devem ser incentivados e apoiados de maneira efetiva.

2) Diversidade cultural:

- Valorização da diversidade cultural existente na região e de seu potencial para previlegiar formas diferenciadas de conhecimento, explicação e de relacionamento com a realidade. Estas realidades culturais diferenciadas tornam-se essenciais para consolidação da "Alternativa Paradigmática", ou seja, para definição de novos caminhos que busquem um modelo de desenvolvimento sustentável, tanto na prática para o Vale do Ribeira, como em forma de sugestões para outras regiões do país.

3) Riqueza Ambiental:

- Diversos ecossistemas, devastados em outras regiões, ainda subsistem extensamente no Vale do Ribeira.
- Multiplicidade de seres vivos (flora e fauna) que em muito podem contribuir para o conhecimento humano.
- Beleza cênica, parques e reservas de grande potencial turístico e sócio-cultural.

4) Interesse Nacional/Global:

- Grande potencial para pesquisas científicas, sejam elas no âmbito cultural, social, biológico ou agronômico de ervas ou produtos para fins medicinais;
- Grande potencial ecoturístico, baseado não só em seus recursos naturais, como também em manifestações culturais de diversos segmentos que compõem sua sociedade. (ex. cavernas, Mata Atlântica, serras, rios e ecossistemas estuarino-lagunares além de comunidades de pescadores artesanais, indígenas e de remanscentes de quilombos, ao lado de outros patrimônios histórico-culturais)
- Potencial e efetiva geração de alternativas de manejo sustentável, passíveis de serem incrementadas e implementadas, seja a título experimental, seja em escala piloto ou demonstrativo, para esta ou outras regiões com potencial semelhante (e/ou para troca de experiências, como por exemplo, com a Amazônia).

Acervo ISA

ESTRATÉGIAS

Buscando conciliar os princípios orientadores das políticas e ações, o contexto sócio-econômico, político e cultural que se apresenta no Vale do Ribeira e o escopo e estrutura disponíveis para as ONGs e Movimentos Sociais é importante apontar os mecanismos viabilizadores da implantação do desenvolvimento sustentável no Vale do Ribeira. Estes mecanismos, ou o "como" o desenvolvimento sustentável será implementado, são explicitados à seguir através das estratégias.

I- Parcerias

Conforme afirmado na Agenda 21 (Capítulo 23) "um dos pré-requisitos fundamentais para alcançar o desenvolvimento sustentável é a ampla participação da opinião pública na tomada de decisões". Na mesma Agenda 21, em seu segundo capítulo, os governantes reconheceram que "para fazer frente aos desafios do meio ambiente e do desenvolvimento, os Estados decidiram estabelecer uma nova parceria mundial. Essa parceria compromete todos os Estados a estabelecer um diálogo permanente e construtivo. e para que haja êxito dessa nova parceria é importante superar os confrontos e promover um clima de cooperação e solidariedade genuínos".

Os integrantes de ONGs e Movimentos Sociais reunidos durante a ECO 92 afirmaram, por outro lado, na sua "Declaração do Rio de Janeiro", que a "sociedade sustentável está se construindo a partir e na prática de grupos, comunidades e povos". Nenhum setor ou grupo isoladamente conseguirá resolver os problemas humanos. Faz parte do desafio de construção de sociedades sustentáveis, segundo as ONGs, "valorizar as pequenas experiências e soluções e, ao mesmo tempo, promovê-las à escala de uma região, de um país e, até, do mundo".

O capítulo 27 da Agenda 21 também diz que as "organizações não governamentais, inclusive as organizações sem fins lucrativos que representam os grupos principais (mulheres, crianças e jovens, populações indígenas e tradicionais, trabalhadores, ambientalistas, cientistas, empresários etc) possuem uma variedade de experiência, conhecimento especializado e capacidade firmemente estabelecidos nos campos que serão de particular importância para a implementação e o exame de um desenvolvimento sustentável, ambientalmente saudável e socialmente responsável, e portanto oferecem uma rede mundial que deve ser utilizada, capacitada e fortalecida para apoiar os esforços de realização de objetivos comuns". (parágrafo 27.3 da Agenda 21)

II - Informação e educação

A parceria autêntica pressupõe estar a par, ter condições análogas para a tomada de decisão, independentemente da desigualdade estrutural dos agentes da parceria. Pressupõe independência de papéis e disposição para o diálogo.

Os Estados, na Agenda 21, afirmaram que "indivíduos, grupos e organizações devem ter acesso à informação pertinente ao meio ambiente e desenvolvimento detida pelas autoridades nacionais, inclusive informações sobre produtos e atividades que têm ou possam vir a ter um impacto significativo sobre o meio ambiente, assim como informações sobre medidas de proteção ambiental". (parágrafo 23.2 da Agenda 21)

Conforme subscrito, em 1992, pelas representantes de ONGs e povos indígenas na "Declaração dos Povos da Terra" entendemos também que a transparência deve ser premissa fundamental subjacente às tomadas-de-decisão de todas as instituições públicas, inclusive a nível internacional. Reafirmamos, nesta estratégia, que a implementação de novos princípios e ações que "objetivam a mudança, requererá um compromisso massivo com a educação. São necessárias novas formas de citação, entendimento, valores e técnicas em todos os níveis e por todos os elementos da sociedade."

Temos também em mente os princípios delineados no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, firmado pelas ONGs em junho de 1992. A educação, processo dinâmico em permanente construção, deve formar cidadãos com consciência local e planetária, com capacidade (cidadania) para interagir com outros indivíduos e grupos, e deve estimular a solidariedade, a igualdade, a eqüidade e o respeito aos direitos humanos.

Educação e reflexão permanente são, portanto, base para a mudança do processo de desenvolvimento em direção à sociedade sustentável.

III - Pesquisa/Ação

Essa mudança não prescinde da pesquisa. As pesquisas científicas básica e aplicada têm importância fundamental para o futuro da Humanidade e do próprio planeta. Entretanto, as necessidades imediatas dos marginalizados, dos excluídos e das vítimas da degradação ambiental e inequidades sócio-econômicas também poderão ser melhor equacionadas através de uma articulação entre pesquisa e iniciativas que visem superar tais desafios. A efetividade da mudança depende também da pesquisa orientada para a ação, mediata ou imediata, mas dirigida para área ou população que, desde a fase inicial da investigação possa dela participar, não somente como sujeito ou objeto de estudo mas como parceiro genuíno da evolução do conhecimento humano.

Conforme princípio adotado na ECO 92, a falta de evidência ou certeza científica não deve ser desculpa para

Acervo ISA

postergar a adoção de medidas que se justifiquem para prevenir impactos ambientais e sociais ou para impulsionar o mundo ao desenvolvimento sustentável. Os conhecimentos científicos, inclusive os de populações indígenas e tradicionais, devem ser aplicados para articular e apoiar as metas de desenvolvimento sustentável, bem como é preciso aumentar as capacidades e potenciais científicos para alcançar tais objetivos (parágrafo 35.3 da Agenda 21).

Os agentes da pesquisa, sejam eles integrantes de instituições acadêmicas e universitárias, de órgãos governamentais, de ONGs e Movimentos Sociais, de empresas ou de populações indígenas têm, portanto, enorme função e responsabilidade social e devem ser apoiados para o bom desempenho de seu papel para o desenvolvimento sustentável.

IV - Recursos e eficiência

Degradação, poluição, riqueza e pobreza representam sinais da inadequada distribuição dos benefícios do trabalho humano sobre o planeta, e da baixa eficiência dessa ação quando se tem em mente a sustentabilidade dos processos ecológicos essenciais à Vida na Terra.

Ser mais eficiente implicará em diminuir perdas, de energia e de materiais, seja pelo menor consumo ou pelo melhor e maior aproveitamento. A limitação física dos recursos naturais e sociais impõe a necessidade de alocação justa dos recursos existentes e maior eficácia na utilização dos mesmos. Não pode haver mudança do processo de desenvolvimento se os padrões de consumo e produção de bens e serviços não for em profundamente revistos, em todos os países e regiões urbana e rural.

METAS

A objetivação, quantificação e a definição de prazos para que se concretizem as estratégias para a implantação do desenvolvimento sustentável no Vale do Ribeira, podem ser vislumbradas nas metas.

Através das metas, as ações práticas são ordenadas e colocadas dentro de uma estratégia mais ampla. São definidos prazos desejados para as alterações do contexto sócio-econômico político e cultural do Vale do Ribeira. Com a definição de metas será possível fazer uma futura avaliação do encaminhamento do processo.

Foram definidas as metas para o Desenvolvimento Sustentável no Vale do Ribeira, adiante indicadas:

1) Regularização fundiária das unidades familiares no Vale do Ribeira até o ano 2000, com a execução das seguintes etapas:

- Criação de um Grupo de Trabalho com a participação dos Movimentos Sociais, ONGs, sindicatos e comunidade técnico-acadêmica junto a representantes da Procuradoria Geral do Estado (PGE), das Secretarias de Estado da Justiça e do Meio Ambiente, até março de 96, para se levantar a situação fundiária no Vale do Ribeira e para se propor prioridades a serem atacadas nos anos seguintes.
- Inclusão nas propostas orçamentárias para 1997, 98 e 99, de recursos necessários para se efetuar as ações discriminatórias consideradas prioritárias (vide item anterior) para o Vale do Ribeira.

2)Titulação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos, até o ano 2000, com a criação imediata, através de decreto do Governo do Estado, de um grupo de trabalho composto por representantes das comunidades remanescentes de quilombos, movimento negro, Conselho da Comunidade Negra do Estado de SP, Secretaria de Justiça e Procuradoria Geral do Estado, para levantar a situação atual destas comunidades e propor ações prioritárias e necessárias para a titulação dessas terras.

3)Fortalecimento e implementação de programas e ações com o objetivo de fixar a população no campo, a fim de reduzir o êxodo rural.

4)Atualização do sistema cartográfico oficial do Vale do Ribeira (tanto em São Paulo como no Paraná), com a definição dos perímetros das Unidades de Conservação (UCs), áreas indígenas e das áreas de comunidades de remanescentes de quilombos, áreas tombadas e protegidas abrangidas pelo decreto 750/93 até o final de 1996.

5)Melhoria das condições de saúde, baixando o índice de mortalidade infantil para, pelo menos, até 30 mortos por mil nascidos vivos, no ano de 1997, em todos os municípios do Vale do Ribeira.

6)Redução gradativa do analfabetismo na região, visando a erradicação do mesmo na faixa dos 7 aos 14 anos, até o ano 2000, em todo o Vale do Ribeira.

7)Atendimento a 100% da população urbana com saneamento básico e sistemas de coleta e tratamento de lixo e de esgoto, priorizando os esquemas de redução, reutilização e reciclagem.

8)Definição de linhas de crédito até 96 para atividades de manejo sustentável efetuado por pequenos e médios proprietário, posseiros e comunidades.

9) Garantia, no mínimo, a permanência de um técnico agrícola com formação em agroecologia, por município, para a assistência e extensão rural.

10) Definição dos sistemas de espaços territoriais protegidos, incluindo as Unidades de Conservação-UCs, incluindo sistemas de gestão, a identificação de funções sociais e ambientais dos atributos existentes nestas áreas, e a delimitação espacial de cada uma delas em todo o Vale do Ribeira.

11)Criação de um Grupo de Trabalho para cada Unidade de Conservação (UC), até março de 1996, com a participação de representantes de moradores das UCs, IF/SMA, PGE, Secretaria da Justiça, SMA-SP, das ONGs e setores Acadêmicos envolvidos em trabalhos nestas UCs, para a discussão e regularização da situação das populações que vivem nas respectivas UCs.

12) Fortalecimento e criação de Conselhos Municipais de Meio Ambiente e Desenvolviemento Sustentável, bem como Conselhos de UCs em todo o Vale do Ribeira até o final de 1996, garantindo-se a representação paritária de ONGs e de Movimentos Sociais.

13) Considerando os prazos definidos pela SMA-SP para a elaboração/apresentação de sua proposta de macrozoneamento da região - até março de 96 para o rececebimento de informações e dados levantados e até junho de 1996 para a elaboração de sua proposta - reinvindica-se, com o intuito de se ampiar o debate e de se democratizar o acesso às informações, bem como o processo de elaboração de um macrozoneamento para o Vale do Ribeira, a adoção dos seguintes procedimentos:

- Disponibilização imediata (a partir de março de 1996) de todas as informações e documentos utilizados neste processo, junto às Câmaras Municipais e Bibliotecas Públicas existentes nos municípios da região e, também, na biblioteca do SMA, CEPAM, FUNDAP, Assembléia Legislativa e IBAMA/SP.
- Designação imediata de um responsável pelo recebimento e encaminhamento de respostas a todos os comentários, propostas, sugestões e críticas sobre o processo do macrozoneamento que deverão ser anexados à documentação referente ao Macrozoneamento e respondidos pelo governo a quem os formulou.
- Disponibilidade e divulgação ampla da proposta elaborada pela SMA-SP, a partir de junho de 1996.
- Realização de audiências públicas em cada município da região e em São Paulo, para a discussão dessa proposta de Macrozoneamento, inclusive com a participação de representantes de outras Secretarias de Governo, especialmente Saúde, Educação, Transporte, Emprego, Agricultura e órgãos federais como IBAMA, MARA, Ministérios dos Transportes, Minas e Energia, Meio Ambiente, etc.
- Publicação da versão preliminar do Macrozoneamento, após a realização das audiências públicas, com prazo de 30 dias para o encaminhamento de propostas de emendas e comentários a serem considerados.

14) Criação imediata de um Grupo de Trabalho coordenada pela SMA-SP, para tratar da presença indígena no Vale do Ribeira, estabelecendo diretrizes para o direito de perambulação indígena na região, até o final de 1996.

15) Articulação dos movimentos sociais e das ONGs, para a criação de um "Fórum para a Formulação de Políticas visando o Desenvolvimento Sustentável no Vale do Ribeira", até o final do 1o. semestre de 1996. Entidades coordenadoras desse processo de articulação: Vitae Civilis SOS Mata Atlântica, MOAB de São Paulo e GEEP-Açungui do Paraná - ou um representante do Fórum das ONGs do PR (responsáveis pela convocação da 1a. Reunião Preparatória). Como primeiras tarefas deste Fórum propõe-se:

- Identificação de projetos e publicação anual de uma listagem de projetos demonstrativos de manejo e/ou de recuperação sócio-ambiental implantados e/ou em implementação no Vale do Ribeira.
- Criação de um sistema de informações a ser disponibilizado para todos os movimentos e comunidades existentes em cada município da região, a partir da formação de um banco de dados e de documentação sobre estudos, pesquisas e projetos desenvolvidos ou em desenvolvimento na região.

AÇÕES

A efetiva implantação do desenvolvimento sustentável no Vale do Ribeira, através do cumprimento das metas estabelecidas. Passa, necessariamente, por ações práticas. É preciso pensar nas realidades locais e suas especificidades considerando-se o contexto sócio-econômico político e cultural. Soluções específicas se aplicam a problemas específicos e surgem por uma atuação local eficaz. Esta atuação, entretanto, ganha consistência e coerência quando está articulada a princípios e estratégias mais amplas e genéricas, estabelecidas anteriormente.

Porém, para não "perder o pé" da realidade prática e não se limitar a idéias genéricas, é preciso apontar caminhos práticos, sejam eles locais ou articulados, para a efetivação do desenvolvimento sustentável para o Vale do Ribeira.

A seguir, estão listados as sugestões das ONGs e Movimentos Sociais para ações práticas, que foram organizadas nos seguintes grupos:

- *Incentivo à produção sustentável e ao escoamento dos produtos.*
- *Ciência, geração e difusão de tecnologias e serviços de extensão rural, acadêmica e cultural e outros.*
- *Ecoturismo.*
- *As cidades e o campo.*
- *Programas de saúde.*
- *Transporte e comunicação.*
- *Agentes Sociais e mecanismos de participação.*
- *Organizacional*
- *Fortalecimento institucional e políticas de fomento, financiamento e de formação de parcerias.*
- *Águas e energia.*

Acervo ISA

Agenda 21 Vale do Ribeira

I - Incentivo à Produção e ao Escoamento de Produtos Sustentáveis

No âmbito da produção agrícola e do extrativismo são demandadas as seguintes ações:

1)Estimular a diversificação dos sistemas de produção agrícola, tendo em vista a biodiversidade dos ecossistemas locais, o movimento acumulado do relevo, as características do solo,. clima, o conhecimento das populações sobre os atributos do ecossistema e as necessidades locais.

2)Implantar e disseminar projetos demonstrativos de manejo sustentado.

3)Implementar o Código de Uso do Solo do Estado de São Paulo, que regulamenta o uso do solo agrícola segundo suas classes de capacidade de uso, coíbe os processos de degradação/contaminação do solo por agroquímicos, ordena a expansão dos perímetros urbanos sobre áreas potencialmente agricultáveis e a adequação da rede de drenagem das obras de infra-estrutura de forma a preservar o solo.

4)Reforçar as iniciativas de produção artesanal, principalmente as que se utilizam de conhecimentos tradicionais

5)Estimular a pesca artesanal, a aqüicultura, garantindo o defeso, coibindo a pesca predatória e fornecendo acesso a crédito e assistência técnica para a melhoria das condições de trabalho e de produção e acesso a mercado, especialmente para os pequenos produtores.

6)Estimular a produção agrícola familiar comunitária e seu processamento no âmbito dos agricultores e suas organizações formais e informais.

7)Criar espaços e equipamentos de comercialização direta por parte dos produtores rurais a nível local e regional e apoiar o esquema de comercialização desta produção nos mercados mais distantes.

8)Fomentar o desenvolvimento de unidades de produção artesanal de artigos de caxeta certificada, cestaria, cerâmica e doces típicos do Vale do Ribeira, e demais formas de artesanato, que gerem novas oportunidades de emprego e renda para a região.

9)Garantir linhas de crédito que contemplem a produção familiar e comunitária, principalmente no tocante às necessidades de investimentos produtivos por parte dos agricultores.

10)Desenvolver e adotar normas, procedimentos e guias de certificação de produtos de origem vegetal, animal, processados, artesanato e serviços, que garantam relações justas e ambientalmente sustentáveis de produção.

11)Desenvolver/identificar e disseminar informações sobre fontes de financiamento para o desenvolvimento social, projetos demonstrativos e/ou produtivos e demais atividades social e ambientalmente sustentáveis do Vale do Ribeira.

12)Identificar novas opções econômicas para a região, que tenham reflexos nas questões de geração de renda e de empregos, social e ambientalmente compatíveis com um planejamento que vise o desenvolvimento de uma sociedade sustentável a nível regional.

II - Ciência, geração e difusão de tecnologias e extensão

No âmbito da pesquisa, assistência e extensão rural, deve-se orientar as ações, considerando os conhecimentos e tecnologias tradicionais como paradigma, segundo os pressupostos da agricultura sustentável, da agroecologia e da agrosilvicultura com os seguintes desdobramentos:

1)Estabelecer programa de pesquisa aplicada que promova a articulação dos trabalhos assumidos pelas universidades, institutos de pesquisas , ONGs e movimentos sociais na região, com ênfase nas opções produtivas social, economica e ecologicamentemente compatíveis com a realidade regional. Aumentar a interação e promover a cooperação entre a comunidade científica e tecnológica, o setor público e a sociedade civil.

2)Capacitar e reciclar, em parceria com ONGs, os técnicos das "Casas da Agricultura", DEPRN, IBAMA, Departamentos de Crédito Agrícola dos Bancos Públicos e agencias de financiamento para exercer a extensão agrícola com incorporação de técnicas e temas compatíveis com a produção agrícola sustentável e conservação da biodiversidade.

3) Garantir o atendimento dos segmentos de produção familiar e comunitária com serviços de assistência técnica e extensão rural, segundo os novos paradigmas através da manutenção de no mínimo um técnico por município e também nesse caso em parceria com ONGs.

4)I dentificar e/ou implantar projetos demonstrativos de sistemas e técnicas agrícolas e extrativistas sustentáveis.

5) Promover cursos de educação ambiental que contemplem as técnicas de produção sustentada à luz da cultura local

6) Adequar o currículo das escolas técnicas agrícolas da região aos novos paradigmas de sociedades sustentáveis.

7) Desenvolver um programa de capacitação para as comunidades rurais e urbanas em atividades de manejo sustentável dos recursos naturais e prestação de serviços, tais como produção de plantas medicinais, aromáticas e ornamentais, manejo de flora e fauna, artesanato, culinária, hotelaria, atividades de recepção turística, e processamento e comercialização de produção primária.

8) Realizar inventário do patrimônio ambiental, histórico, arquitetônico e cultural do Vale do Ribeira, com base nos dados já disponíveis ou através de pesquisas complementares.

9) Consolidar as informações tecnológicas disponíveis para a região sobre temáticas afins à produção agrícola e extrativista sustentável, e promover sua divulgação junto aos distintos segmentos direta ou indiretamente envolvidos com a problemática.

10) Desenvolver programa de ações de resgate cultural

Acervo ISA

das diversas comunidades tradicionais do Vale do Ribeira através da valorização e divulgação de sua arte, costumes, culinária e festas através de discos vídeos exposições, etc.

11) Reformular o currículum das escolas técnicas da região de maneira a incorporar tecnologias sustentáveis, formando técnicos capacitados para atuar dentro do novo contexto de desenvolvimento.

III - Ecoturismo

1) Estimular o debate sobre os princípios orientadores, código de ética e padrões de funcionamento para as atividades de Ecoturismo aplicáveis ao Vale do Ribeira.

2) Definir a capacidade de suporte turístico dos distritos naturais do Vale do Ribeira de forma a preservar tais processos

3) Realizar estudos e promover debates sobre formas de retribuição de benefícios advindos da operação de empresas de ecoturismo, buscando coinciliar tanto os compromissos do turista quanto o das empresas operadoras pela conservação de bem de uso comum do povo. Avaliar, para tanto, a oportunidade de se criar instrumentos legais para garantir que, de alguma forma, sejam revertidos recursos gerados pelas operadoras nas atividades de Ecoturismo para instâncias locais, sejam elas Prefeituras, Administração de Parque, Associação de Moradores etc. Estes recursos, que poderiam ocorrer em forma de serviços, bens ou dinheiro, deveriam ser dispendidos exclusivamente em atividades que estejam voltadas para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável local e regional.

4) Capacitar a população local, para assumir, cada vez mais, os serviços de turismo ambiental, desde os serviços de guia e de hospedagem até os de definição e operação de programas e instalações de rececpção de turistas, organização de cooperativas e empresas operadoras locais, que possam colaborar entre si e com as agências e operadoras de outras regiões, para o incremento de um turismo sócio-cultural, ecológica e economicamente sustentável na região.

5) Criar um centro de referência de iniciativas e de informações relacionadas ao turismo ambiental, tanto na região como em outras localidades e regiões semelhantes, com o objetivo de estimular e potencializar o desenvolvimento de tal atividade na região, possibilitando o intercâmbio e a divulgação de esperiências com/para outras iniciativas nacionais e internacionais.

6) Realizar campanhas de educação ambiental para os turistas com o objetivo de minimizar os problemas de poluição por resíduos sólidos. Reforçar o saneamento ambiental para as áreas turísticas, tanto os locais de estação quanto os de permanência.

IV - As Cidades e o campo

1)Implantar sistemas de gestão dos assentamentos humanos que propiciem a melhoria da qualidade de vida das populações garantindo o acesso, prioritariamente às populações excluídas, aos serviços urbanos de saúde, educação, transporte coletivo, saneamento básico, lazer e cultura.

2) Instalar unidades domiciliares e fabris de transformação de produtos do setor primário com o objetivo de gerar empregos e renda para a população urbana e rural, considerando à adoção de tecnologias, ambiental e socialmente apropriadas.

Agenda 21 Vale do Ribeira

3) Criar conselhos de bairros para estabelecimento dos critérios e prioridades para formulação do plano diretor dos municípios.

4) Criar linhas de financiamento e instrumentos de gestão que elevem as condições de habitabilidade das moradias das populações excluídas, prioritariamente da população auto-construtora, como forma de melhorar a qualidade do ambiente construído.

V - Programas de Saúde

1) Fiscalizar mais rigorosamente o uso, manipulação e aplicação de agrotóxicos. Realizar campanhas educativas, informações quanto a possíveis riscos de contaminação. Reforçar medidas de controle sobre usos de agrotóxicos, receituário agrícola e técnico responsável, conforme reza a legislação Federal e Estadual (Lei 7002).

2) Aprimorar sistemas de Vigilância Epidemiológica e Sanitária, inclusive Vigilância de alimentos, criando e reforçando a capacidade de investigação e de aferição de qualidade da água distribuída pelos sistemas públicos de abastecimento.

3) Ampliar a rede e desenvolver nos Centros de Saúde trabalhos de formação técnica, programas que visem promover ação preventiva junto às comunidades visando maiores cuidados quanto à saúde da gestante e acompanhamento integral junto a primeira infância, a intoxicação por agrotóxicos e outras doenças profissionais.

4) Promover a articulação desses centros com outras unidades de saúde da região (principalmente entre as do litoral e as do planalto), possibilitando um tratamento mais adequado e eficiente para os portadores de doenças crônicas e/ou para os acidentados graves, ao mesmo tempo em que deve ser buscada a melhoria das condições de atendimento em todas as unidades de saúde da região.

5) Intensificar programa dos Agentes Comunitários, promovendo formação técnica, junto ao DIR (Direção Regional), capacitando o Agente de Saúde para estender os trabalhos junto às escolas e comunidades, visando sempre a informação preventiva.

6) Promover contratação de profissionais da área de saúde, contando com a participação da Comissão Municipal de Saúde e Prefeitura.

7) Criar cursos de capacitação para compreensão das variáveis sociais e ambientais da região, com ênfase às questões preventivas, incorporando o conhecimento fitoterápico das comunidades tradicionais.

VI - Transporte e comunicação

1) Ampliar e melhorar a rede viária de estradas vicinais, com prioridade às comunidades/populações isoladas, que

Acervo ISA

tenham problemas de locomoção e com o escoamento da produção, mas de maneira a contemplar as preocupações com a conservação de recursos naturais e a coibição da especulação imobiliária.

2) Implantar programa de telefonia rural que atendam prioritariamente às comunidades isoladas.

3) Melhorar o sistema de transportes coletivos, local e regionalmente.

VII - Agentes sociais e mecanismos de participação

1) Adotar compromissos e recomendações presentes na Agenda 21, particularmente no previsto nos capítulos da seção 3 - Fortalecimento do Papel dos Grupos Principais.

2) Promover a participação efetiva de amplos setores sociais nos processos de planejamento e tomada de decisões. No Vale do Ribeira os compromissos acima devem contemplar a expectativa e a participação dos seguintes grupos sociais: comunidades indígenas; comunidades remanescentes de quilombos; moradores das unidades de conservação; ONGs; sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos; posseiros e associação de pequenos proprietários; médios e grandes proprietários rurais; associações de moradores e movimentos populares de mulheres, jovens, religiosos e outros.

VIII - Organizacional

Inspirados no Tratado de Cooperação e compartilhamento de Recursos entre ONGs, firmado durante o Fórum Global Rio-92 pelos representantes de ONGs e Movimentos Sociais, destacamos as seguintes recomendações para as organizações e movimentos do Vale do Ribeira:

1) Buscar a horizontalização das relações entre as ONGs e Movimentos Sociais visando a construção de parcerias e cooperação no desenvolvimento das atividades de interesses comuns, em especial, os Tratados das ONGs e a Agenda 21.

2) Estabelecer programas de intercâmbio, treinamento de pessoas e de ofertas de estágios entre as ONGs e movimentos sociais.

3) Formar cooperativas de trabalho entre ONGs, compartilhando, na medida do possível, as infra-estruturas das ONGs e movimentos sociais para o melhor desenvolvimento de suas atividades e para potencializar a obtenção e a utilização de recursos para o bem comum.

4) Cooperar mutuamente para a obtenção de recursos financeiros, materiais e de serviços profissionais.

5) Constituir a "Comissão Intersetorial Paritária para o Desenvolvimento Sustentável no Vale do Ribeira", com mandato de negociar, aprovar e monitorar uma Agenda 21 do Vale do Ribeira.

IX - Fortalecimento institucional e políticas de fomento/financiamento e de formação de parcerias

Com o objetivo de incrementar e incentivar iniciativas que favorecem a implementação de ações que levem ao desenvolvimento de uma sociedade sustentável na região, propõe-se:

1) Formar de uma Comissão Paritária Intersetorial para a elaboração e a implementação de uma Agenda 21 para o Vale do Ribeira;

2) Criar centros de documentação e de referência, em cada município, para se reunir trabalhos e informações retiradas e produzidas sobre e em cada município e/ou de cada comunidade tradicional ou não, existentes na região;

3) Disseminar informações sobre linhas de financiamento que favoreçam a implantação de projeto de manejo sustentáveis;

4) Reivindicar sistemas de crédito para as Prefeituras e comunidades, visando a implantação de sistemas de coleta e tratamento de resíduos sólidos e esgoto;

5) Fortalecer ONGs e organizações comunitárias representativas e efetivamente engajadas nos processos de elaboração e/ou implementação da Agenda 21 para o Vale do Ribeira.

X - Águas e energia

1) Desenvolver estudos e pesquisas buscando a elaboração de um plano integrado de conservação e utilização das águas doces, superficiais e subterrâneas da Bacia do Rio Ribeira de Iguape, tendo como princípio a função social e ambiental da água e o seu valor paisagístico, espiritual, histórico, social e econômico, bem como exercendo uma série de funções junto aos seres vivos e seus habitats.

2) A elaboração e execução do plano integrado e participativo de gestão dos recursos hídricos da região. Deverá contar com a participação da população local, das ONGs, das Prefeituras, órgãos de pesquisa, governos dos Estados de São Paulo e Paraná, bem como do Governo Federal. Este plano deverá definir as políticas públicas e de investimento para o setor, assim como compatibilizar estratégias de desenvolvimento estatal e/ou do setor privado com as necessidades e aspirações da população regional, de maneira a respeitar a integridade e conservação dos recursos naturais existentes no Vale do Ribeira, promovendo a melhoria de qualidade devida, principalmente de suas comunidades e/ou populações menos favorecidas.

3) Atender prioritariamente das demandas de energia elétrica das comunidades e assentamentos rurais, através de fontes apropriadas e renováveis de geração.

4) Redefinir a matriz energética para o Vale do Ribeira, visando a utilização de recursos disponíveis na região, mas respeitando as alternativas mais sustentáveis economica e ecologicamente e buscando as melhores opções tecnológicas que atendam as populações locais.

Acervo ISA

Agenda 21 Vale do Ribeira

LISTA DE PARTICIPANTES DO SEMINÁRIO

"PLATAFORMA AMBIENTAL MÍNIMA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VALE DO RIBEIRA (AGENDA 21 PARA O VALE DO RIBEIRA)

SÃO PEDRO, SP, 10 A 13 DE DEZEMBRO DE 1995.

ADRIANA MARIA NOLASCO
Prof. Assistente
Economia Doméstica
ESALQ
Av. Pádua Dias,11
Piracicaba - SP
134128-900
FONE: (0194) 294225
FAX: (0194) 336016
CAT: UNI
IMAFLORA
R. Carlos De Campos, 367
Piracicaba - SP
13418-240
FONE: (0194) 330234
FAX: (0194) 330234
EMAIL: trazeved@carpa.ciagri,USP.b
CAT: ONG

ANTONIO CORRÊA DA SILVA FILHO
Conselho
Associação Ecológica São Francisco de Assis - AESFA
Pça. Cel. João Rosa, 156
Piedade - Centro - SP
18170-000
FONE: (0152) 441684
CAT· ONG

BELOYANIS BUENO MONTEIRO
Presidente
Associação em Defesa da Juréia - Pró Juréia
Rua Dr. José de Queiroz Aranha , 284/341
Vl Mariana - SP
FONE: (011) 8871195
8025967
8641784
FAX: (011) 8851680
CAT: ONG

CECILIA FOLONI FERRAZ
Coordenadora Geral
FNMA- Fundo Nacional do Meio Ambiente
Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 7º Andar
Brasília - DF
70068-900
FONE: (061) 3171203
FAX: (061) 2240879
CAT: FED

CELSO SEKIGUCHI
Assistente Executivo
ABDL/Programa Lead Brasil
Av. Prof. Almeida Prado, 532, Predio 56, 1º Andar
Cidade Universitária - São Paulo - SP
05508-901
FONE: (011) 8695662
FAX: (011) 8694222
EMAIL: celso@nhi.lead.org.br
CAT: ONG

CLÁUDIA VICTOR
Associada
Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção SP - AGB
Caixa Postal 64525 - Cidade Universitária
São Paulo - SP
05497-970
FONE: (011) 8183758
FAX: (011) 8183159
CAT: PRO

DANILO PRADO GARCIA FILHO
Coordenador
PROTER - Programa da Terra
Rua Minerva, 80
Perdizes - São Paulo - SP
05007-030
FONEFAX: (011) 2631840
CAT: ONG

FABIO JOSÉ FELDMANN
Secretário de Estado
Secretaria de Estado do Meio Ambiente
Av. Prof. Frederico Herman Jr., 345
São Paulo - SP
05489-900
FONE: (011) 2101100
FAX: (011) 2106104
CAT: EST

FLAVIO GRAMOLELLI JUNIOR
Diretor Presidente
COATI - Centro de Orientação Ambiental Terra Integrada
R. Vicente Demaingo, 84
Vila Arens - Jundiaí - SP
13202-650
FONE· (011) 4373619
FAX: (011) 4346022 R. 233
CAT: ONG

GISELE CRISTINA SESSEGOLO
Coordenadora De Proejtos
Grupo de Estudos Espeleológicos do Paraná
GEEP-Açungui
R.Des.Westphalen, 15 - 16º A
Curitiba - Pr
FONE: (041) 2766013
FAX: (041) 2766013
CAT: ONG

JOÃO PAULO CAPOBIANCO
Secretario Executivo
Instituto Sociambiental
Av Higienopolis, 901
Higienopolis - São Paulo - SP
01238-001
FONE: (011) 8255544
FAX: (011) 8257861
EMAIL: isasp@apc.org
CAT: ONG

KASUO SAKURAI
Diretor de Departamento
Secretaria do Meio Ambiente - SMA
DPZA - Depto. de Planejamento e Zoneamento Ambiental
Av. Prof. Frederico Herman Jr., 345
São Paulo - SP
05489-900
FONE: (011) 2101100
FAX: (011) 2106104
CAT: ONG

LEILA MARIA MONTEIRO DA SILVA
Documentalista
Instituto Socioambiental - ISA
Depto de Documentação e Informação
Av. Higienopólis, 901
Higienopolis - São Paulo - SP
01238-001
FONE: (011) 8255544
FAX: (011) 8257861
EMAIL: sociamb@ax.apc.org
CAT: ONG

LEINAD AYER DE OLIVEIRA SANTOS
Coordenadora
Comissão Pró-Índio de São Paulo - CPI-SP
Rua Ministro Godói, 1484
Perdizes - São Paulo - SP
05015-900
FONE: (011) 8641180
FAX: (011) 8641180
CAT: ONG

Acervo ISA

Agenda 21
Vale do Ribeira

MANOEL BALTAZAR B. DA COSTA
Associação de Agricultura Orgânica - AAO
Globo Rural
Rua Veiga Filho, 388 - Ap. 52
São Paulo - SP
01229-000
FONE: (011) 8234275/4259
FAX: (011) 8234427
CAT: ONG

MARIA SILVIA MÜLLER DE OLIVEIRA
Presidente
Associação Serrana Ambientalista - ASA
Caixa Postal 60
Iporanga - SP
18330-000
FONE:(0155)561188
FAX: (0155)561192
CAT: ONG

MARIO MANTOVANI
Superintendente
FundaçãoSOS Mata Atlântica
Rua Manoel da Nóbrega, 456
Paraiso - São Paulo - SP
01001-007
FONE: (011) 8871195
FAX: (011) 8851680
EMAIL: smata@ax.apc.org
CAT: ONG

MATHIAS FRATTINI
Engenheiro Florestal
REBRAF - Rede Brasileira Agroflorestal
Rua Prof. Flavio Junior Teixeira, 170
Iguape - São Paulo- SP
11920-000
FONE: 0049-761274101
Email: frattini@mibm.ruf.uni-freiburg.de
FONE: (013) 8462064
FAX: (013) 841 1569
CAT: ONG

MINNA LAM
Geografa
Conselho Nacional da Reserva da Biosfera
Rua Tabapua, 81 - 16ºA
São Paulo - SP
04533-010
FONE: (011) 8283699
FAX: (011) 8220811
CAT:

OSVALDO LUIS DE SOUSA
Diretor Tecnico
AEPAM - Associação dos Extratores de Plantas Aromáticas e Medicinais do Vale do Ribeira
R. Frederico T. da Veiga, 580
Cananeia - Centro - SP
11930-000
FONE: (013) 8211103
CAT: ONG

SAMUEL RIBEIRO GIORDANO
FEA - Faculdade de Economia e Administração
Av. Prof. Luciano Gualberto,908
Cidade Universitária - São Paulo - SP
05508-900
FONE: (011) 8184244
FAX: (011) 8140439
CAT: UNI

SERGIO VASSIMON
Assessor
Fundaçao Florestal-SMA
Av. Miguel Stefano, 3900
Agua Funda - São Paulo - SP
04301-040
FONE: (011) 5585-9444
CAT: EST

VIRGÍLIO MAURÍCIO VIANA
Presidente do IMAFLORA
R. Carlos de Campos, 367
Piracicaba - SP
13418-240
FONE: (0194) 330234
FAX: (0194) 330234
EMAIL: trazeved@carpa.ciagri,USP.b
CAT: ONG

PARTICIPANTES DO VITAE CIVILIS:

Antonio Carlos Alves de Oliveira
Físico, Presidente do Conselho de Administração

Rubens Harry Born
Engenheiro, Coordenador Geral

Cássio Noronha Inglês de Souza
Administrador/Antropólogo, Pesquisador

Andréa Maria dos Santos
Assessora de Imprensa

Andréia Delmutti Fornazier
Auxiliar Administrativo

Cristina da Silva Machado
Auxiliar Administrativo

Érika Noronha Roesler
Assistente de Assessoria de Imprensa

Gemima Cirilo Cabral Born
Bióloga, Coordenadora de Programas e Pesquisas

Neide Yumic Takaoka
Médica, Conselheira

Patrícia Carvalho Fernandes de Alvarenga
Bióloga, Estagiária

Sandra Pavan
Engenheira Florestal, Pesquisadora

VITAE CIVILIS - Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz
Rua MMDC, 172 - CONJ. 03
Butantã - SÃO PAULO/SP - 05510-020
FONE: (011) 813-0690
FAX: (011)813-1639
CAT: ONG

CÓDIGOS DE CATEGORIAS DAS INSTITUIÇÕES

CÓDIGO	CATEGORIA
APR	ASSOCIAÇÕES DE CLASSE PROFISSIONAL: EX. CREA, OAB, IAB
EST	ORGÃO GOVERNAMENTAL ESTADUAL, INCLUINDO AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES EMPRESAS
FED	ORGÃO GOVERNAMENTAL FEDERAL, INCLUINDO AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES EMPRESAS
MUN	ÓRGÃO GOVERNAMENTAL MUNICIPAL, INCLUINDO AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES EMPRESAS
ONG	ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DO BRASIL
ONU	ORGÃOS, DEPARTAMENTOS E AGÊNCIAS DO SISTEMA NAÇÕES UNIDAS
PRI	SETOR PRIVADO EMPRESAS, ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS, SINDICATOS PATRONAIS
SIN	SINDICATOS, CENTRAIS SINDICAIS, MOVIMENTOS DE TRABALHADORES E MOVIMENTOS SOCIAIS
UNI	UNIVERSIDADES, FACULDADES E INSTIT. DE PESQUISA, PÚBLICOS E PRIVADOS

Glossário de Siglas

AAO - Associação de Agricultura Orgânica, **ABDL** - Associação Brasileira deDesenvolvimento de Lideranças, **AEPAM** - Associação dos Extratores e Produtores de Plantas Medicinais e Aromáticas do Vale do Ribeira, **AESFA** - Associação Ecológica São Francisco de Assis, **AGB** - Associação de Geógrafos do Brasil, **ASA** - Associação Serrana Ambientalista, **CEPAM** - Fundação Prefeito Faria Lima, **COATI** - Centro de Orientação Ambiental Terra Integrada, **CPI** - Comissão Pró-Índio, **DEPRN** - Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais, **ESALQ** - Escola Superior de Agricultura Luís de Queirós, **FEA** - Faculdade de Econômia e Administração, **FNMA** - Fundo Nacional do Meio Ambiente, **FUNDAP** - Fundação do Desenvolvimento Administrativo, **GEEP**-Açungui - Grupo de Estudos Espeleológicos do Paraná, **IBAMA** - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, **IF** - Instituto Florestal, **IMAFLORA** - Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola, **ISA** - Instituto SócioAmbiental, **MARA** - Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, **MMA** - Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, **MOAB-MAB** - Movimento de Ameaçados por Barragens, **ONGs** - Organizações Não-Governamentais, **PGE** - Procuradoria Geral do Estado, **PR** - Estado do Paraná, **PROTER** - Programa da Terra, **SMA** - Secretaria do Meio Ambiente, **SP** - Estado de São Paulo, **UC** - Unidade de Conservação,**USP** - Universidade de São Paulo, **VC** - Vitae Civilis

Acervo ISA

Seminário:

"Plataforma Ambiental Mínima para o Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira (Agenda 21 para o Vale do Ribeira)"

10 a 13 de dezembro de 1995, São Pedro

Ficha técnica

Idealização, Realização e Coordenação:
Vitae Civilis - Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz.
Patrocinio e Apoio:
Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, e Vitae Civilis - Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz.
Coordenação Geral
Rubens Harry Born
Antonio Carlos Alves de Oliveira
Cássio Noronha Inglez de Sousa
Produção e Apoio Técnico e Administrativo:
Rubens Harry Born, Cássio Noronha Inglez de Sousa, Cristina da Silva Machado, Andréia Delmutti Fornazier, Luzinete Alves Nunes, Neide Yumie Takaoka, Patricia Carvalho Fernandes Alvarenga, Érika Noronha Roesler e Gemima Cirilo Cabral Born.
Painelistas:
Samuel Giordano - Professor da Faculdade de Economia e Administração/USP - Universidade de São Paulo
Kasuo Sakurai - Departamento de Planejamento e Zoneamento Ambiental/SMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente
Sérgio Vassimon - Fundação Florestal/SMA - Secretaria de Estado do Meio Ambiente
Fábio Feldmann - Secretário de Estado do Meio Ambiente/SP
Cecília Foloni Ferraz - Coordenadora do Fundo Nacional do Meio Ambiente
Assessoria de Imprensa
Andréa Maria dos Santos e Erika Noronha Roesler
Motorista:
Almir Alves Silva
Contabilidade:
João Batista de Sousa
Edição do documento final:
Cássio Noronha Inglez de Sousa, Rubens Harry Born, Gemima Cirilo Cabral Born e Antonio Carlos Alves de Oliveira
Assessoria Gráfica:
Piacere in arte

Acervo ISA

"Plataforma Ambiental Mínima para o Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira (Agenda 21 para o Vale do Ribeira)"

ANEXOS:

Com o objetivo de dar continuidade aos trabalhos iniciados no Seminário "Plataforma Ambiental Mínima para o Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira (Agenda 21 para o Vale do Ribeira)", agregar novas sugestões aos seus resultados e envolver novos agentes ao processo (ONGs e Movimentos Sociais), foram organizados os seguintes anexos:

I - SUGESTÕES ADICIONAIS AO DOCUMENTO FINAL DO SEMINÁRIO

Caso haja alguma sugestão relativa a alterações, novas inclusões ou supressões do Documento Final; pode-se enviá-las ao Vitae Civilis, através deste Anexo I, para que se aprimore a base de dados e opiniões para a continuidade das discussões. Além disso, entidades que não puderam participar do Seminário podem, desta forma, estar efetivamente se engajando no processo.

II - ENDOSSO AO DOCUMENTO FINAL E/OU À "DECLARAÇÃO"

Com a finalidade de reforçar, cada vez mais, a legitimidade desta plataforma, amplia-se a sua lista de signatários através desteendosso, que deve ser enviado ao Vitae Civilis.

III - A NOSSA AGENDA 21

Como sugestão de incorporação das discussões gerais sobre a Agenda 21 e o Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira às atividades de cada entidade, criou-se este anexo, que visa estimular e debate interno para definição de diretrizes próprias de cada entidade.

IV - FICHA DE ADESÃO AO FÓRUM DAS ONGs E MOVIMENTOS SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO VALE DO RIBEIRA

Para reforçar a proposta da criação do Fórum de ONGs e Movimentos Sociais para o Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira e iniciar um cadastro geral, destas entidades, criou-se este anexo. A adesão demonstra o apoio da entidade à proposta e a Ficha de Inscrição formaliza dados para cadastro, e devem ser, também, enviadas ao Vitae Civilis.

OBSERVAÇÃO :

Os formulários preenchidos devem ser enviados para *Vitae Civilis:*

- via fax: (011) 813-1639
- via correio: Caixa Postal 11260 - CEP 05422-970 São Paulo - SP

Acervo ISA

Vitae Civilis

O ***Vitae Civilis*** - Instituto para o Desenvolvimento, Meio Ambiente e Paz é uma organização não governamental (ONG) sem fins lucrativos,criada fundado em 1989, com a missão de servir como instrumento para a construção de sociedades sustentáveis. Entre os objetivos do ***Vitae Civilis*** para a sustentabilidade do desenvolvimento, conservação do meio ambiente e estabelecimento de sociedades sustentáveis, destacam-se:

a) promover e estabelecer estudos e atividades visando a implantação de políticas e programas;

b) estabelecer programas de assistência técnica e treinamento para organizações não governamentais;

c) fomentar e participar de iniciativas de fortalecimento da cidadania, através da articulação e parcerias com comunidades e grupos organizados de cidadãos.

d) colaborar, estimular a formação e o fortalecimento, e participar de redes nacionais e internacionais, que articulem organizações não governamentais que atuem no âmbito das finalidades do Vitae Civilis;

e) colaborar para o aprimoramento de instituições, técnicas e legislação que contribuam para a defesa do consumidor; promoção da saúde; proteção do patrimônio natural, cultural e social; fortalecimento de comunidades tradicionais;

As atividades do ***Vitae Civilis*** estão agrupadas em seis Programas, dos quais destacam-se :

1- Proteção da diversidade biológica e cultural e sustentabilidade do desenvolvimento na Mata Atlântica

As atividades deste programa consideram o resgate e análise de conhecimentos tradicionais, geração de tecnologias, catalização e atuação na implementação de propostas de desenvolvimento com bases científicas em aspectos ecológicos, sociais, culturais, econômicos e da legislação, e o suporte a iniciativas sustentáveis para a melhoria da qualidade de vida de populações em áreas de proteção ambiental. Este Programa está dirigido primordialmente para a região do Vale do Ribeira. Realizamos estudos e atividades de inventário florestal, de etnobotânica e etnofarmacologia; apoio à formação e consolidação de organizações de moradores, produtores rurais e de defesa do ambiente; promoção da saúde humana e ambiental; gestão de unidades de conservação, entre outras atividades. Destacam-se as atividades para a promoção do manejo sustentável e cultivo de plantas medicinais, aromáticas e outros produtos florestais não madeireiros, e o suporte para a Aepam - Associação de Extratores e Plantadores de Plantas Medicinais e Aromáticas do Vale do Ribeira.

2- Globalização e componentes locais das questões de desenvolvimento e de meio ambiente:

Esse programa lida com as relações entre a realidade local e processos inerentes à globalização. Parte das atividades visam disseminar os compromissos das ONGs, Govêrnos e demais setores da sociedade firmados na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92) e no Fórum Global-92. Acompanhamos os desdobramentos das Convenções de Diversidade Biológica, de Mudança de Clima e a implementação da Agenda 21, tanto no Brasil como mundialmente. Realizamos atividades que visem a elaboração de Agendas 21, locais e estaduais, como forma de se ter instrumentos e planos integrados de desenvolvimento sustentável. Outra linha de ação refere-se ao acompanhamento de projetos e programas apoiados por agências internacionais de cooperação e financiamento, tendo o boletim *Conexão* como instrumento de disseminação de informações.

O ***Vitae Civilis*** tem acompanhado diversos projetos de grande impacto à região do Vale do Ribeira, como por exemplo a Usina Hidrelétrica do Tijuco Alto, as marchas e contramarchas do projeto de duplicação da BR116, as diversas investidas que procuram viabilizar a construção da BR-101 através da fronteira de São Paulo e Paraná, atravessando áreas de Parque e Estações Ecológicas, e tem orientado ONGs, lideranças e parlamentares para buscar informações, e colocá-las a disposição da população, sobre tais projetos. A realização do Seminário Platarforma Ambiental Mínima para o Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira coroa quatro anos de luta do Vitae Civilis para conseguir as condições e apoio que possibilitassem promover um encontro de ONGs e Movimentos Sociais para pensar estrategicamente um Programa para o Desenvolvimento Sustentável para o Vale do Ribeira e não apenas para formamos coalizões visando o enfrentamento de projetos que colocam em risco o patrimônio social, cultural e ambiental, o que acontece mais frequentemente. Esse documento representa o resultado de um esforço coletivo para a mudança do rumo do desenvolvimento do Vale do Ribeira.